



SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

Fundação Euclides da Cunha – FEC/Data UFF  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, Agosto de 2009



# PESQUISA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

## **Apresentação**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas: o serviço socioeducativo ofertado para crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce e a transferência de renda para suas famílias. Além disso, prevê ações socioassistenciais com foco na família, potencializando sua função protetiva, bem como os vínculos familiares e comunitários.

O PETI tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no país, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho.

A fim de aprimorar o serviço oferecido e subsidiar a reestruturação do serviço socioeducativo no âmbito da assistência social, realizou-se uma pesquisa quantitativa a respeito do PETI. Ao todo, foram visitados 120 municípios, em todos os estados do Brasil, além do Distrito Federal, incluindo regiões urbanas e rurais. Os municípios foram selecionados por meio de amostra aleatória estratificada por porte de município, determinado pelo número de beneficiários do serviço.

A pesquisa teve como objetivos principais: (i) identificar o perfil das famílias que possuem crianças e adolescentes vinculados ao PETI; (ii) compreender quais os valores e atitudes dessas famílias acerca do trabalho infantil; (iii) identificar qual a percepção dessas famílias acerca dos resultados do PETI; (iv) mapear e caracterizar o perfil dos recursos humanos envolvidos com o PETI nos municípios (especificamente coordenadores municipais do PETI e monitores do serviço socioeducativo); caracterizar a estrutura física dos locais de realização do serviço socioeducativo do PETI; identificar e caracterizar as atividades realizadas no âmbito do serviço socioeducativo.

## **Metodologia**

A fim de cumprir com os objetivos propostos, foram definidas duas atividades principais: 1) pesquisa domiciliar com famílias de crianças e/ou adolescentes beneficiários do PETI e 2) caracterização dos recursos humanos e da infraestrutura do serviço socioeducativo do PETI.

Relativo à primeira atividade, nos 120 municípios selecionados, foram realizadas 2.400 entrevistas com responsáveis por crianças e/ou adolescentes beneficiários do PETI, garantindo a proporcionalidade em relação à quantidade de beneficiários por estado, mas assegurando-se um mínimo de 40 entrevistas por estado. A escolha dos respondentes foi feita por amostragem aleatória simples, a partir de listagem inicial dos beneficiários dentro de cada município.

No que diz respeito à caracterização dos recursos humanos e infraestrutura do serviço, foram entrevistados os gestores municipais do PETI, coordenadores de núcleo e monitores do serviço socioeducativo em cada um dos municípios, totalizando 1.320 entrevistas.

Para a caracterização dos núcleos como urbanos ou rurais, foi utilizada a definição dada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e que consta no Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SISPETI). O critério utilizado para a definição dos núcleos a serem visitados foi o de proporcionalidade ao tamanho da população beneficiária; assim, se um município tinha 30% da população atendida no perímetro urbano, 30% das entrevistas desse município foram aplicadas em núcleos urbanos ou com famílias de crianças que frequentam esses núcleos.

Os questionários elaborados foram pré-testados no município de Petrolina-PE. A escolha desse município deu-se por não estar contemplado no sorteio da amostra e por possuir unidades do PETI na zona urbana e rural.

Nos questionários, buscou-se contemplar os seguintes aspectos: (i) características socioeconômicas das famílias; (ii) valores, atitudes e comportamento sobre o trabalho infantil; (iii) informações sobre o processo de seleção para o PETI; (iv) atividades realizadas no serviço socioeducativo; (v) efeitos do serviço sobre o desenvolvimento das crianças; (vi) progressão escolar das crianças; (vii) pontos positivos e negativos do PETI e (viii) acesso das famílias de beneficiários a serviços públicos e a outros programas sociais.

## Síntese dos resultados

### a. Gestores

Foram entrevistados 112 gestores responsáveis pelo PETI nos municípios. A maioria deles (95,5%) respondeu que tem acesso à relação nominal de crianças e adolescentes participantes do serviço e mais da metade respondeu que a atualização cadastral das famílias do município ocorre, no mínimo, mensalmente (33,9% dizem que o fazem diariamente e 22,3%, mensalmente). Todavia, em somente 9,8% dos casos é o próprio gestor do PETI que alimenta os dados no SISPETI. Na maioria das vezes, essa tarefa é realizada por técnicos (do cadastro e da própria assistência social).

No que diz respeito ao acompanhamento das famílias de crianças e adolescentes

beneficiários do PETI, de acordo com os gestores, em geral, estas são acompanhadas pela equipe técnica específica do serviço (47,3%) e, em 26,8% dos casos, esse acompanhamento é realizado pelo CRAS, o que indica uma possível integração entre os serviços de assistência social.

No entendimento dos gestores entrevistados, as principais atribuições que as prefeituras executam na gestão do PETI são: a atualização do Cadastro Único das famílias (99,1%), o preenchimento do SISPETI (98,2%), a avaliação e monitoramento anual do PETI (95,5%), a elaboração do relatório anual de gestão (93,7%) e a supervisão e acompanhamento do Programa (91%). A capacitação de equipes técnicas e monitores somente é executada em aproximadamente 87% dos casos e a elaboração de diagnósticos e planos referentes ao combate ao trabalho infantil é realizada por mais de 70% dos municípios visitados. Os diagnósticos são realizados com diferentes periodicidades, sendo que, na maior parte deles, não há periodicidade definida, conforme se observa na tabela abaixo.

**Tabela 1 - Periodicidade de realização de diagnóstico sobre trabalho infantil no município**

	FREQUÊNCIA	%
A cada seis meses	15	18,1
Não há frequência / periodicidade	44	53
Outros	19	22,9
NS/NR	5	6
Total <sup>1</sup>	<b>83</b>	<b>100</b>

1 Esse total se refere aos gestores que disseram realizar diagnóstico sobre Trabalho Infantil em seus municípios.

Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

Quase 47% dos gestores entrevistados disseram que o município classifica os núcleos como rurais ou urbanos por meio da localização da moradia de crianças e adolescentes com base no Plano Diretor do Município e 26,7% disseram que é a localização do núcleo que define se este é rural ou urbano. Somente 10,7% dos gestores apontaram que essa definição advém do tipo de trabalho executado antes da entrada no serviço.

Segundo os gestores, a forma mais frequente de identificação de crianças potenciais beneficiárias do PETI é o encaminhamento pelos Conselhos Tutelares ou de Direitos das Crianças (27,7%). Em segundo lugar aparece a busca ativa de crianças em situação de trabalho (23,8%), seguida do encaminhamento pelo CRAS (20,2%) e CREAS (8,3%).

A negligência dos pais é, de acordo com os gestores, a causa mais importante para o abandono escolar das crianças que são incorporadas ao PETI (24,1%), seguida de gravidez precoce (8,6%), doenças (6,5%) e trabalho infantil (6,3%). No que diz respeito ao abandono do serviço socioeducativo, os gestores apontaram como principal causa o sentimento de desobrigação em relação à integração

do PETI com o PBF (14,9%). Em segundo lugar aparece a mudança de município (10,1%), seguida da necessidade de ajudar nos afazeres domésticos (8,9%) e da falta de pagamento de bolsa (7,4%).

Mais de 95% dos gestores afirmaram que após a implantação do PETI houve redução do trabalho infantil no município, mas apontaram como principais dificuldades da implementação a falta de espaços físicos adequados (12,9%), a falta de profissionais qualificados (6,4%), a escassez de recursos financeiros (4,3%) e a falta de sensibilização dos responsáveis (4%).

### **b. Coordenadores municipais**

As entrevistas com os coordenadores municipais do PETI permitiram caracterizar os núcleos em relação à infraestrutura física, financeira e de recursos humanos.

De acordo com as respostas dos coordenadores, 64,8% dos núcleos visitados são urbanos, 27,4% são rurais e 7,4% são ao mesmo tempo rurais e urbanos. Mais da metade dos núcleos (61%) funciona em equipamentos da prefeitura. Segundo as respostas, 24,3% destes funcionam em escolas municipais, 14,8% possuem espaços específicos para as atividades do PETI, 14,3% funcionam no CRAS e 10,3% funcionam em imóveis alugados. Esses dados explicam em grande medida a informação de que, em quase 82% dos casos, os núcleos funcionam em espaços compartilhados com outras atividades.

Os espaços são considerados adequados em relação à quantidade de crianças por turno de atividades por 84,2% dos coordenadores. As condições climáticas e o tamanho dos espaços físicos são os itens que sofrem mais críticas por parte dos coordenadores e o item mais bem avaliado quanto à adequação é a limpeza, seja dos banheiros, seja dos locais de refeições, seja das salas.

Com relação à presença de equipamentos, aparelho de som (68,7%), televisão (66,8%) e aparelho de DVD (60,3%) são os equipamentos mais comuns em funcionamento nos locais de realização de serviços socioeducativos, todavia esses equipamentos são muito mais comuns nos núcleos urbanos do que nos núcleos rurais.

Ainda segundo os coordenadores, mais de 72% dos núcleos ficam próximos das residências dos beneficiários e 87% dos núcleos realizam atividades tanto pela manhã quanto pela tarde, facilitando assim a participação nas atividades desenvolvidas.

No que diz respeito aos recursos humanos, pouco menos de 58% dos entrevistados afirmaram que os núcleos têm entre um e quatro monitores (19,4% têm dois monitores e 16,5% têm apenas um monitor). Ao mesmo tempo, 11,3% dos núcleos possuem mais de dez monitores.

### **c. Monitores**

Foram entrevistados 415 monitores e essas entrevistas permitiram não apenas traçar um perfil destes profissionais, mas também levantar informações a respeito das características do núcleo onde atuam, das formas de supervisão de

seu trabalho, da identificação de crianças e adolescentes potenciais beneficiários do PETI, do abandono e infrequência destes e de algumas características de suas famílias.

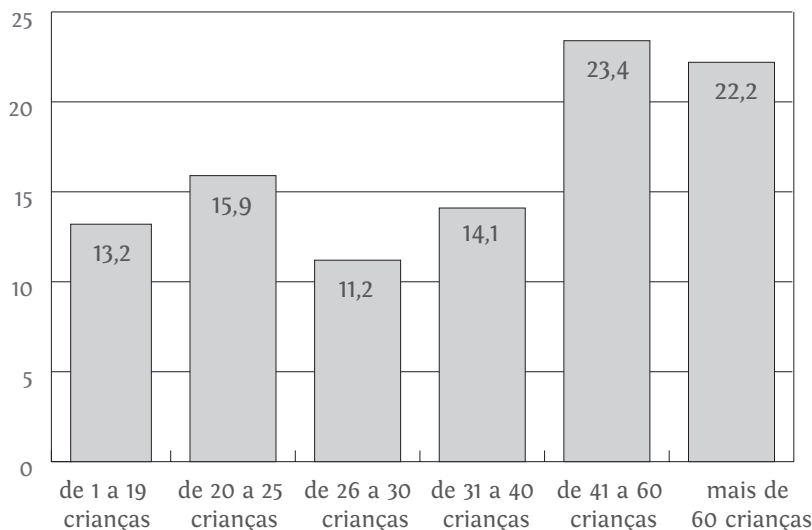
Do total de monitores entrevistados, 41,2% participam do PETI há dois anos ou menos, enquanto 57,8% atuam no PETI há mais de dois anos. Mais da metade dos monitores entrevistados afirmou ter passado por processos de seleção (54,2%) e 19,8% afirmaram que estão no PETI por indicação política. Já a presença de concurso público foi apontada por somente 12,5% dos respondentes.

Mais de 64% dos monitores entrevistados afirmaram ter recebido capacitação para atuarem como monitores, e, destes, mais de 50% afirmaram que a carga horária dos treinamentos foi maior do que 20 horas.

No que diz respeito ao planejamento das atividades, 86,3% dos monitores afirmaram que o realizam. A forma de planejamento relatada com mais frequência foi a troca de ideias com a equipe do projeto (29,5%). Também apareceram como importantes a solicitação de orientação aos coordenadores (23%) e a busca por conhecer os interesses dos participantes (21,5%).

Uma informação relevante para a avaliação da qualidade do serviço diz respeito à quantidade de crianças assistidas por monitor. A maioria dos monitores assiste mais de 40 crianças e adolescentes no núcleo onde atua, conforme se percebe no gráfico abaixo.

**Gráfico 1 – Total de crianças assistidas por monitor no núcleo onde atua**

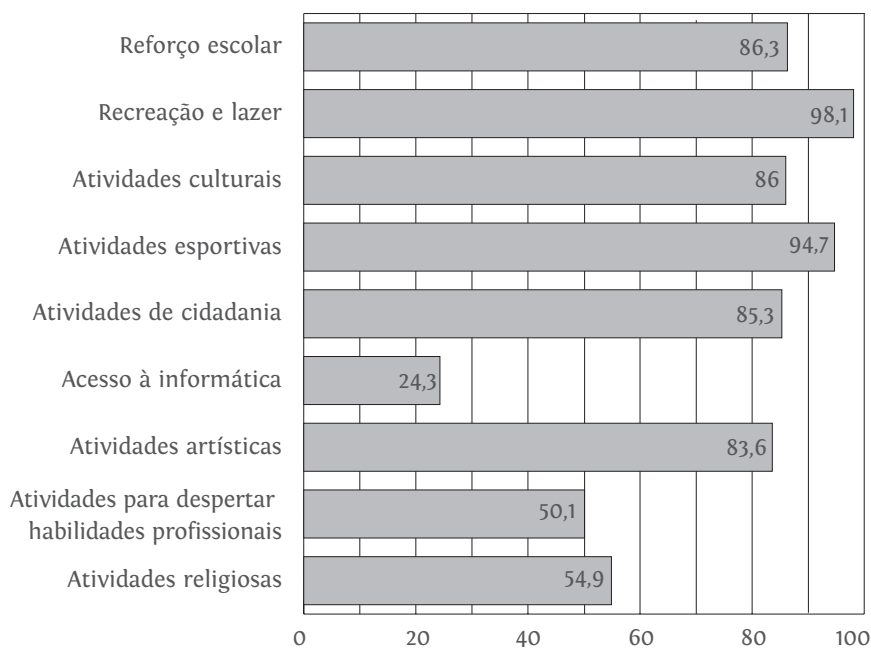


Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

Segundo 84,6% dos entrevistados, existem acompanhamento e avaliação do PETI no município. Destes, 37,8% afirmaram que essa supervisão no município é responsabilidade da Secretaria de Assistência Social ou congênere, seguido do coordenador do PETI (11,1%).

Os monitores também elencaram as atividades que são desenvolvidas nos núcleos do PETI:

**Gráfico 2 – Atividades desenvolvidas no serviço socioeducativo**



Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

No que diz respeito à infraestrutura física do PETI, assim como os coordenadores, a maior parte dos monitores (71,9%) considera o espaço utilizado no serviço adequado em relação à quantidade de crianças e adolescentes. Todavia, quantidade menor de monitores considera o espaço adequado para o desenvolvimento das atividades (63,5%).

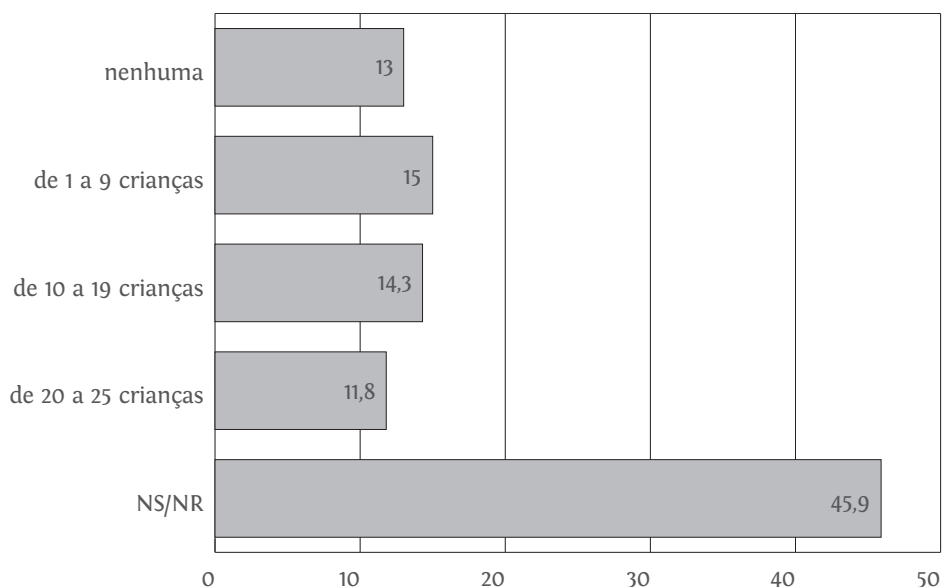
Quando se trata da integração dos serviços e programas governamentais, 95,9% dos monitores afirmaram que há articulação entre o PETI do município onde atuam e o PBF. Os outros programas e serviços mais citados foram o ProJovem Adolescente (55,7%) e o CREAS (43,4%). A principal atividade desenvolvida nos locais onde existe articulação com o CREAS são palestras/programas pedagógicos.

A maioria dos monitores entrevistados (77,1%) afirmou que existe busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho para inclusão no serviço. Os principais responsáveis por essa busca são outras equipes da prefeitura (25,6%), a equipe do CRAS (23,8%) e o próprio monitor (20%).

Quando perguntados a respeito da focalização do PETI, 10,6% dos monitores afirmaram não haver crianças e adolescentes em situação de trabalho nos núcleos onde atuam e 7,2% disseram não haver crianças em situação de vulnerabilidade. De acordo com as respostas, há entre uma e dez crianças em situação de trabalho em 22% dos núcleos e, em 17,8% dos núcleos, de uma a dez crianças em situação de vulnerabilidade.

Os efeitos do PETI sobre o trabalho infantil são percebidos por parte dos monitores, que afirmaram não mais haver crianças em situação de trabalho nos núcleos onde atuam. Todavia, outra parte significativa dos monitores afirmou ainda haver situação de trabalho infantil, conforme se observa no gráfico abaixo.

**Gráfico 3 – Número estimado de crianças em situação de trabalho no núcleo onde atua**



Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

No que se refere à permanência das crianças no serviço socioeducativo, os monitores que apontaram mais de 10% de infrequência destas somam 25,8%. Com relação ao abandono, este estaria acima de 10% para 16,4% dos monitores, enquanto 32% dos monitores afirmaram não haver abandono.

Dos monitores que afirmaram haver abandono, 10,2% disseram que a principal causa é a mudança de domicílio da família para outro município; 9,4% deles afirmaram que a desistência ocorre pela necessidade de ajudar em afazeres domésticos e 7,8% disseram que é causada pela distância do domicílio em relação ao núcleo.

Sobre a relação que mantêm com as famílias das crianças atendidas pelo serviço, 78,1% dos monitores afirmaram que realizam atividades de sensibilização/consentização em relação a direitos e deveres, seguida do encaminhamento para serviços de saúde (53,5%), apoio psicossocial (52,3%), socialização e lazer (50,6%) e atividades para geração de trabalho e renda (48,2%).

Ao fazerem a avaliação do serviço, 56,4% dos monitores o consideraram como bom e 22% como ótimo. Aqueles que avaliaram o serviço como ruim ou péssimo somam 2,7%. Além de avaliarem positivamente o serviço, os monitores consideraram que, em grande medida, ele cumpre com a função de combate ao trabalho infantil: 79,8% afirmaram que houve redução no trabalho infantil em seu município após a implantação do PETI, enquanto 12% afirmaram ter havido a erradicação deste. Os que apontaram para a não redução chegam a pouco mais de 5%.



#### d. Famílias de beneficiários do PETI

A maior parte das famílias entrevistadas é constituída por 4 a 6 membros (62,4%), com uma média de 3,2 filhos por responsável pelo domicílio. Na maioria dos domicílios visitados, o responsável legal era do sexo feminino (88,5%).

No momento da realização da pesquisa, os responsáveis legais tinham, em sua maioria, idade entre 25 e 44 anos (72,7%), assim como seus cônjuges (63,1%). A maior parte dos filhos dos responsáveis estava na faixa de 10 a 14 anos (41,6%).

Conforme afirmado pelo entrevistado, apenas 22,2% dos moradores dos domicílios exercem alguma atividade profissional atualmente. Desse grupo, os cônjuges são os que foram mais indicados como exercendo alguma atividade laboral (64,4%). Para aqueles que disseram ter atividade profissional atualmente, 83,3% recebiam remuneração pela atividade.

Quanto à renda familiar no último mês, 28,3% dos domicílios possuíam até R\$ 200,00 de renda e 28,7% receberam entre R\$ 200,00 e R\$ 400,00. O maior percentual de renda familiar inferior a um salário mínimo está concentrado em domicílios chefiados por mulheres. Quanto maior a renda, maior é a tendência de o chefe domiciliar ser do sexo masculino.

De acordo com o Critério Brasil de classificação socioeconômica, a maioria dos entrevistados pertence à classe D (76,2%). Nenhum dos entrevistados pertence às classes A e B. Chama atenção o fato de que os entrevistados da classe E representam um percentual bastante elevado (19,1%) e que somente 4,7% pertencem à classe C.

No que diz respeito ao trabalho exercido por menores de 16 anos, foi perguntada a quantidade de horas por semana que trabalhavam e os resultados podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 2 – Quantidade de horas de trabalho que moradores menores de 16 anos exercem por semana**

	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA	% ACUMULADA
Até 10 horas	29	15,4	15,4
De 11 a 20 horas	30	16	31,4
De 21 a 40 horas	22	11,7	43,1
Mais de 40 horas	3	1,6	44,7
NS/NR	104	55,3	100
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>100</b>	

Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

Foram também levantadas informações a respeito da relação desse público com a educação e suas percepções acerca dos temas educação e trabalho infantil. Os resultados podem ser considerados positivos, como se nota a seguir.

De todos os moradores elencados nas entrevistas, 75,9% sabem ler e escrever, sendo que, por sexo do morador, percebe-se que as mulheres que sabem ler e escrever (76,8%) apresentam-se em maior percentual que os homens em mesmas condições (74,9%).

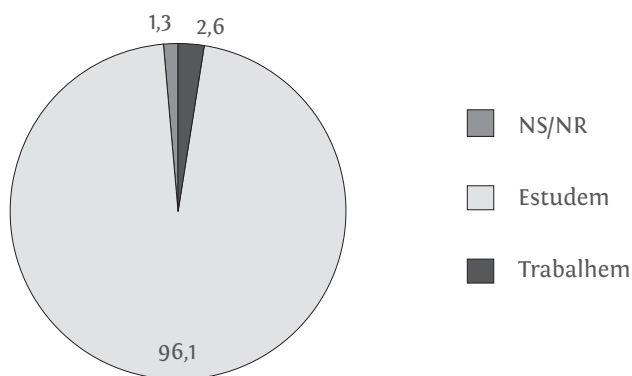
As faixas etárias entre 10 e 18 anos concentram os maiores percentuais de moradores que sabem ler e escrever, com mais de 90%. No entanto, chama atenção o percentual de entrevistados que declararam que as crianças de 6 a 9 anos ainda não são alfabetizadas (26,5%).

Mais de 50% dos moradores listados frequentam escola ou creche. Os maiores percentuais de pessoas que frequentam escola ou creche estão nas faixas etárias de 6 a 9 anos (95,8%) e de 10 a 14 anos (97,8%). Nas faixas etárias de 19 anos ou mais, o percentual de pessoas que frequentam a escola diminui significativamente: apenas 26,7% dos moradores de 19 a 24 anos frequentam a escola.

De acordo com os entrevistados, das crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos, 85,2% estão frequentando a escola, enquanto os outros 14,8% não estão. Destes que estão fora da escola, a maioria dos entrevistados não soube dizer a razão (55,5%); 9,2% deles disseram que as crianças/adolescentes não tiveram vontade de continuar estudando e 5,3% afirmaram que a criança/adolescente precisava trabalhar.

Apesar desses dados, a educação é avaliada pelos responsáveis legais pelo recebimento dos benefícios como um valor importante (23,6%) ou muito importante (76%).

**Gráfico 4 – Resposta à questão: é mais importante que as pessoas de 5 a 16 anos trabalhem ou estudem?**



Fonte: FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.

Ainda em relação à educação, a expectativa dos entrevistados é de que crianças e adolescentes do domicílio façam o ensino superior (60,3%) ou o segundo grau/ensino médio (28,6%). Ressalta-se ainda que 88,5% dos respondentes afirmaram

que a participação da criança/adolescente no PETI contribuiu para que esta tivesse mais vontade de estudar.

Quando perguntados a respeito do serviço socioeducativo, a atividade citada como a mais importante foi o reforço escolar (22,6%), seguido das atividades esportivas (15,9%) e dos cursos de informática (8,5%).

Os principais motivos apontados para procurar o Programa foram: para as crianças não ficarem na rua (31,4%), pelo dinheiro do benefício (21,6%) e pela oportunidade de aprendizagem para as crianças (21,4%).

Ao avaliar a situação da família antes e depois do ingresso no serviço, 71,2% dos respondentes afirmaram que houve melhora, 26,7% disseram que não houve mudança e apenas 0,6% afirmaram que piorou.

A maioria dos entrevistados (87,1%) também avaliou o relacionamento com a equipe do serviço socioeducativo como bom ou ótimo. Os que avaliaram como ruim e péssimo constituem um grupo residual.

Em uma avaliação geral do serviço socioeducativo do PETI, 88,5% dos entrevistados o avaliaram como bom ou ótimo, apenas 8,3% como regular e 1,6% como ruim ou péssimo.

**Execução da Pesquisa**

Fundação Euclides da Cunha – FEC/Data UFF

**Unidades Responsáveis****Secretária de Avaliação e Gestão da Informação**

Luziele Maria de Souza Tapajós

**Diretora de Avaliação e Monitoramento**

Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer

**Coordenadora-Geral de Avaliação e Monitoramento de Execução e Impacto**

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

**Equipe de acompanhamento da pesquisa**

Paulo Memoria Franco Amorim

**Colaboradores**

Cristiane dos Santos Pereira

Marina Pereira Novo

Juliana Marques Petroceli

**Secretária Nacional de Assistência Social**

Rosilene Rocha

**Diretora do Departamento de Proteção Social Especial**

Margarete Cutrim Vieira

**Coordenadora-Geral de Acompanhamento das Ações da Proteção Social Especial**

Maura Luciane Conceição de Souza

**Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação****Departamento de Avaliação e Monitoramento**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 410

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1528

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)